

09 SET 2025

1º Secretário

PROTOCOLO	<p>Estado de Rondônia Assembleia Legislativa</p> <p>09 SET 2025</p> <p>Protocolo: 1154/25</p>	Projeto de Lei Ordinária	Nº 1071/25
	AUTOR : DEP. RIBEIRO DO SINPOL – PRD		
<p>Dispõe sobre a concessão de atendimento prioritário às advogadas e aos advogados no exercício da atividade profissional, nas repartições públicas estaduais e outras entidades no âmbito do Estado de Rondônia.</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:</p> <p>Art. 1º As entidades e os órgãos da Administração Pública estadual, direta e indireta, as empresas concessionárias de serviços públicos, as instituições financeiras e demais entidades de natureza assemelhada, sediadas no Estado de Rondônia, ficam obrigadas a prestar atendimento prioritário às advogadas e aos advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, quando no exercício de suas atividades profissionais.</p> <p>Art. 2º A comprovação da condição prevista no caput será feita mediante apresentação da carteira de identidade profissional expedida pela OAB, sempre que solicitada.</p> <p>Art. 3º Para o cumprimento do disposto nesta Lei, as entidades e os órgãos referidos no art. 1º deverão:</p> <p>I – instituir sistema de atendimento preferencial que viabilize a identificação e o pronto encaminhamento das advogadas e dos advogados;</p> <p>II – garantir celeridade no atendimento, assegurando a integralidade da prestação dos serviços administrativos;</p> <p>III – disponibilizar canais de comunicação adequados e orientações específicas voltadas ao exercício da advocacia.</p>			

PROTOCOLO		Projeto de Lei Ordinária	Nº
	AUTOR : DEP. RIBEIRO DO SINPOL – PRD		
<p>Art. 4º O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator à aplicação de multa de até 20 (vinte) Unidade Padrão Fiscal – UPF, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do devido processo administrativo.</p> <p>Art. 5º Os órgãos e as entidades mencionados no art. 1º terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei, para se adequarem às suas disposições.</p> <p>Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das deliberações, 26 de agosto de 2025.</p> <p>RIBEIRO DO SINPOL DEPUTADO ESTADUAL – PRD</p>			

PROTOCOLO		Projeto de Lei Ordinária	Nº
	AUTOR : DEP. RIBEIRO DO SINPOL – PRD		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>O presente Projeto de Lei tem como finalidade assegurar atendimento prioritário às advogadas e aos advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, quando em exercício de suas atividades profissionais, junto às repartições públicas estaduais, instituições financeiras, empresas concessionárias de serviços públicos e demais entidades assemelhadas no âmbito do Estado do Rondônia.</p> <p>A iniciativa encontra respaldo no art. 133 da Constituição da República, que reconhece a advocacia como função essencial à administração da Justiça. Já a Lei Federal nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), em seu art. 2º, § 1º reconhece que advogado é indispensável à administração da justiça e que no “seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social”. Nesse contexto, o exercício da profissão não se confunde com o interesse pessoal do profissional, mas representa um encargo de natureza pública voltado à defesa do direito, da cidadania, do devido processo legal e do acesso à Justiça.</p> <p>Com efeito, o atendimento célere e eficiente ao profissional da advocacia constitui instrumento necessário à adequada prestação de seus serviços, garantindo maior efetividade às prerrogativas legais e funcionais asseguradas pelo Estatuto da Advocacia (Lei Federal nº 8.906/1994), notadamente o direito ao livre exercício profissional e ao acesso a órgãos e documentos públicos.</p> <p>Além disso, é cada vez mais frequente a atuação de advogados e advogadas em espaços administrativos não jurisdicionais, como agências reguladoras, repartições fazendárias, delegacias, cartórios e instituições financeiras, onde é necessário garantir tratamento compatível com a urgência e a natureza técnica de sua atividade, sobretudo quando exercida em nome de terceiros.</p> <p>Registra-se que em consonância com esse entendimento, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 277.065/RS, reconheceu a legitimidade do atendimento prioritário a advogados nas agências do INSS, afirmando que tal medida não afronta o princípio da igualdade, mas, pelo contrário, assegura a eficácia das garantias constitucionais da profissão.</p>			

PROTOCOLO		Projeto de Lei Ordinária	Nº
	AUTOR : DEP. RIBEIRO DO SINPOL – PRD		
<p>Trata-se, portanto, de medida que busca assegurar maior efetividade e racionalidade à atuação dos profissionais da advocacia, sem prejuízo do atendimento prioritário já assegurado por outras legislações específicas a grupos vulneráveis.</p> <p>Por fim, a proposição respeita os princípios da eficiência, da legalidade e da dignidade da pessoa humana, conferindo à atividade advocatícia as condições materiais adequadas para seu pleno exercício.</p> <p>Diante do exposto, e considerando o interesse público envolvido, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.</p> <p>Plenário das deliberações, 02 de julho de 2025.</p> <p>RIBEIRO DO SINPOL DEPUTADO ESTADUAL - PRD</p>			